



Desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina: um estudo sobre as limitações históricas e o contexto econômico recente.

Heitor Ponce Dellasta; Bruno Martarello De Conti.

Resumo

O campo de estudos sobre a economia do desenvolvimento latino-americano apresenta-se fortemente contemporânea, de um lado garantindo revisões bibliográficas e de outro propondo novas interpretações. Essa breve pesquisa descreve as principais correntes de pensamento que se impuseram historicamente no subcontinente: (i) estruturalismo e neoestruturalismo e o arcabouço teórico construído por Raul Prebisch; (ii) teoria marxista da dependência e os conceitos de superexploração e subimperialismo, pelas obras de Ruy Mauro Marini; e (iii) teoria da dependência heterodoxa, com a discussão inaugurada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto e sua proposta de associação da região com o capital internacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento, subdesenvolvimento, América Latina.

Introdução

Essa breve pesquisa, de caráter predominantemente descritivo, busca reconstruir as principais contribuições do pensamento sobre desenvolvimento latino-americano entre os anos de 1950-1980, com especial atenção ao debate sobre o processo de desenvolvimento nacional. São abordadas as seguintes interpretações: (i) estruturalismo e neoestruturalismo e o arcabouço teórico construído por Raul Prebisch; (ii) teoria marxista da dependência, representada exclusivamente pelas obras de Ruy Mauro Marini e seus conceitos de superexploração e subimperialismo; e (iii) teoria da dependência heterodoxa, com a discussão inaugurada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto com a proposta de associação da região com o capital internacional.

Resultados e Discussão

O princípio normativo dos autores estruturalistas e neoestruturalistas centra-se na ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico pautado na necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento. Prebisch (1949) afirma que a industrialização tem sua importância, não como fim em si, mas como única forma de ir captando parte do fruto do progresso técnico e elevar o padrão de vida das massas. Em concordância com esse paradigma inicial, mas, avançando em perspectivas sociológicas, as teorias da dependência surgem nos anos de 1960 com novas contribuições. Marini (1973) afirma que a situação periférica não poderia ser resolvida com simples políticas corretivas ou doses de inversão, porque o processo de acumulação dos países centrais se dá em detrimento das economias periféricas; é nesse sentido que os conceitos de superexploração e subimperialismo surgem como mecanismos de tentativa de correção interna desses países para se inserirem no intercâmbio internacional de forma homogênea. Também Cardoso e Falletto (1973) contribuem com o debate ao criticarem o caráter estritamente economicista das antigas ideias cepalinas, agregando ao debate uma abordagem preocupada com a determinação das estruturas de poder econômico que têm sua contrapartida na dominação social; para eles, as vinculações econômicas são definidas em função do mercado externo e as vinculações sociais são definidas pela classe interna privilegiada; por isso a afirmação que carregam do desenvolvimento nacional dependente, associando interesses internacionais e agentes locais.

Conclusões

As três interpretações apresentadas nesse projeto possuem um pensamento inicial comum de que a América Latina apresenta uma vulnerabilidade internacional devido à introdução da região no modo de produção capitalista orientada pela divisão internacional do trabalho, situação na qual nosso subcontinente insere-se como fonte de alimentos e matérias primas. Daí a defesa comum de promover políticas de desenvolvimento nacional com o imperativo da industrialização. A CEPAL apresentava uma defesa da industrialização e do planejamento econômico e político como caminho para que a região atingisse um desenvolvimento econômico, sem maiores preocupações com os agentes de atuação. A interpretação da dependência se caracteriza pela negação de agentes nacionais capazes de promover um desenvolvimento econômico para a região. Desse ponto divide-se, de um lado, a teoria da dependência reformista que argumenta por um desenvolvimento associado do subcontinente latino-americano tendo em vista as oportunidades da globalização (multinacionais, investimento direto estrangeiro e capital internacional); de outro lado, a teoria da dependência revolucionária que argumenta pela impossibilidade de um desenvolvimento econômico em nosso subcontinente devido à condição dependente que nos coloca à mercê do capital internacional, seja pela exploração da mão de obra, seja pelo capital financeiro internacional, por isso sua incansável defesa da ruptura total com o sistema. Considerando as três vertentes e dando sequência à pesquisa sobre desenvolvimento latino-americano, o aluno-bolsista prossegue com investigações relacionadas a discussões que buscam alternativas ao desenvolvimento, muito além dos desenvolvimentos alternativos, temática abordada pelos conceitos de bem-viver e pós-extrativismo.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Bruno Martarello De Conti pela orientação e ao PIBIC/SAE pelo fomento à pesquisa.

ACOSTA, Alberto. (2016). O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: Elefante
 BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2000). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. V.1 e V.2 Rio de Janeiro: Record.
 CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1969). Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, cit.
 MARINI, Ruy Mauro (2013). Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular.
 PREBISCH, Raul. (1949). "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas". In: BIELSCHOWSKY, cit.